

Índios denunciam violência e invasões

Em audiência pública no Senado, representantes de etnias apontam problemas que enfrentam em diversas regiões do país; também pedem rejeição de projeto que muda regras para demarcação de terras indígenas

Marcelo Casali/ABR

Na audiência realizada no Auditório Petrônio Portela, o cacique Raoni segura as mãos dos senadores Cristovam Buarque (E) e Paulo Paim



Os líderes indígenas que participam do 6º Acampamento Terra Livre relataram casos de violência, invasões de terras, humilhações e desrespeito a seus direitos como cidadãos. Eles pediram a rejeição da proposta de emenda à Constituição que inclui entre as competências do Senado a aprovação de demarcações de terras indígenas. Também solicitaram a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas e do projeto que institui o Conselho Nacional de Política Indigenista. **8**

Criação de uma CPI da Petrobras gera divergências

O senador Alvaro Dias anunciou ontem o início da coleta de assinaturas para a instalação de uma CPI da Petrobras, para investigar denúncias de irregularidades na estatal. Em pronunciamento no Plenário, João Pedro pediu prudência aos defensores da ideia: segundo ele, a Petrobras enfrenta os desafios da crise mundial e precisa ser poupada de uma CPI. **4**

Comissão aprova novos diretores para duas agências

A Comissão de Serviços de Infraestrutura acolheu ontem as indicações de João Batista de Rezende para integrar o conselho da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e de Ivo Borges de Lima para diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Ambos foram sabatinados pelos senadores e, agora, terão seus nomes examinados pelo Plenário. **6**

Sarney e Lugo: integração deve ir além da economia

As relações entre Brasil e Paraguai devem tornar-se mais intensas nas áreas política, cultural e esportiva, segundo os presidentes do Senado, José

Sarney, e do país vizinho, Fernando Lugo, que ontem visitou o Congresso. Lugo disse estar convencido da necessidade de fortalecer o Mercosul. **3**



Fernando Lugo (D) e Sarney descem a rampa do Congresso ao fim da visita: diálogo pela superação das divergências entre os dois países

CPI apresentará proposta de 30 anos de prisão para pedófilos

A CPI da Pedofilia decidiu apresentar projeto prevenindo pena de 16 a 30 anos para quem praticar violência sexual contra crianças ou adolescentes, caso a vítima venha a morrer. A psicóloga Daniela Pedroso, do Hospital Pérola Byington, de São Paulo, afirmou à comissão que metade das vítimas de abuso sexual atendidas pela instituição no ano passado eram menores de 12 anos. **7**

Plenário cobra apoio para vítimas das enchentes

Os senadores Heráclito Fortes, Mão Santa, César Borges, Jefferson Praia e Arthur Virgílio pediram ao governo federal que ajude as vítimas das enchentes. No Amazonas, as cheias atingem níveis preocupantes, segundo Jefferson e Virgílio. Na Bahia, de acordo com César Borges, há mais de mil desabrigados. Mão Santa e Heráclito pediram atenção para o Piauí. **2 e 5**

“Quando vem uma denúncia, é preciso verificar, antes de publicar, se é verdadeira. Analisar antes de jogar na lama o nome de qualquer cidadão”

Efraim pede à imprensa retratação por denúncias



Efraim diz que mandou ofício à Polícia Federal abrindo mão de sigilos

O SENADOR EFRAIM Morais (DEM-PB) cobrou ontem a retratação da imprensa pela divulgação de notícias sobre denúncias sem comprovação contra ele e contra Romeu Tuma (PTB-SP). Ele pediu a retratação uma vez que o ex-diretor de Recursos Humanos João Carlos Zoghbi não confirmou as denúncias de que os dois parlamentares teriam, enquanto primeiros-secretários do Senado, se beneficiado de irregularidades em licitações e contratos.

Efraim pediu à imprensa que dê, na retratação, o mesmo espaço utilizado para a divulgação das denúncias. Para ele, o fato de Zoghbi e sua esposa terem recuado, em depoimento prestado na quarta-feira à Polícia do Senado, das denúncias feitas contra os senadores mostra a inconsistência das acusações.

O senador pela Paraíba se manifestou durante reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), quando pediu licença para falar sobre assunto

diverso da pauta da reunião.

– Quando vem uma denúncia, é preciso verificar, antes de publicar, se é verdadeira. Analisar bem antes de jogar na lama o nome de qualquer cidadão. Há muito tempo venho sendo vítima de tentativa de manchar o meu nome. Quem tiver algo, que mostre e prove. Eu queria somente tratamento igualitário pela imprensa, que colocou as denúncias envolvendo meu nome e o de Tuma em todas as manchetes do país – pediu.

Efraim lembrou ainda que, na ocasião da publicação das denúncias, foi à tribuna do Senado colocar-se à disposição de todos os órgãos de fiscalização, com o objetivo de esclarecer os fatos.

– Mandei ofício à Polícia Federal, abrindo meu sigilo fiscal, telefônico e bancário, para desmanchar as insinuações e denúncias vazias e interesses políticos que tentam preparar manchetes para as eleições que se avizinham – ressaltou.

Virgílio critica depoimento de Zoghbi à Polícia Legislativa

Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou a forma como foi realizado, na quarta-feira, o depoimento de João Carlos Zoghbi e sua esposa, Denise – eles são acusados de irregularidades administrativas na Casa. O depoimento foi prestado à Polícia Legislativa do Senado. Segundo Virgílio, “está sendo montada uma brutal fraude para que não se investigue para valer esse esquema criminoso”.

O senador afirmou que respeita a Polícia Legislativa da Casa e seus integrantes, mas ressaltou que “estão cobrando deles o que não podem oferecer”. Ele questionou se a Polícia Legislativa será capaz de agir caso seja necessário quebrar sigilos bancários e fiscais de “ex-chefes ou pessoas ainda maiores”.

Além disso, Arthur Virgílio argumentou que o “depoimento é inaceitável, entre outras

razões, porque se descumpriu a cláusula mais importante das tratativas feitas com a Mesa: a presença do Ministério Público Federal”.

– Será que, com isso, não se fez uma “catimba” jurídica para invalidar um eventual depoimento dos Zoghbi à Polícia Legislativa? – questionou ele.

O líder do PSDB também destacou o fato de que o casal Zoghbi desmentiu no depoimento as acusações que havia feito em entrevista à revista *Época*. João Carlos é acusado de participar de um esquema de desvio de recursos em operações de crédito consignado com servidores do Senado. Na entrevista à *Época*, ele e sua mulher declararam que haveria na Casa um esquema irregular de contratações de empresas terceirizadas, que seria liderado pelo ex-diretor-geral do Senado



Arthur Virgílio defende participação da Polícia Federal nas investigações

Agaciél Maia.

– Vou exigir uma investigação mais profunda – disse Arthur Virgílio, que defende a participação da Polícia Federal nas apurações.

O senador foi apoiado por Pedro Simon (PMDB-RS) e Cristovam Buarque (PDT-DF), que também pediram que as investigações sejam conduzidas pela Polícia Federal. Mão Santa (PMDB-PI), por sua vez, defendeu os procedimentos adotados pela Mesa para apurar as denúncias contra o ex-diretor.

Suplicy: “Cometi um erro, não uma ilegalidade, e procurei corrigi-lo”

Eduardo Suplicy (PT-SP) voltou a comentar a reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* afirmando que o senador teria utilizado recursos de suas cotas de passagem para emitir bilhete internacional à sua namorada, Mônica Dallari, que o auxiliou durante uma viagem em 2007.

Na quarta-feira, em discurso no Plenário, Suplicy assegurou ter devolvido pouco mais de R\$ 15 mil, relativos ao deslocamento à China, ainda naquele ano, e anunciou a devolução, realizada na terça-feira, de R\$ 5.221,35 referentes a passagens emitidas em sua cota no ano de 2008 para Mônica. O senador lamentou que o fato tenha levado o jornalista Boris Casoy a criticá-lo durante a apresentação do *Jornal da Band*.

Suplicy disse achar desagradável que um ato que não caracterizou ilegalidades o coloque “na mesma vala de pessoas que tenham cometido apropriação indébita de recursos do povo,

que tenham realizado roubos ou assaltos”. Ele informou ter sido colega de trabalho de Boris Casoy no jornal *Folha de S. Paulo* entre 1976 e 1980. O senador disse que resolveu devolver a importância aos cofres públicos “por uma questão de consciência pessoal”, e não por ter cometido qualquer tipo de crime.

– Venho ao Senado diariamente, e virei em todas as ocasiões, de cabeça erguida e podendo dizer que cometi tal falha, mas que procurei corrigir – afirmou.



Suplicy pede para não ser colocado “na mesma vala dos corruptos”

Polícia Legislativa divulga nota de esclarecimento

A Polícia Legislativa do Senado divulgou ontem uma nota sobre o depoimento prestado por João Carlos Zoghbi e Denise Zoghbi na quarta-feira. João Carlos é acusado de criar empresas de fachada para intermediar empréstimos consignados entre o Banco Cruzeiro do Sul e os servidores do Senado Federal. O casal negou as denúncias de um esquema irregular de contratações de empresas terceirizadas.

A seguir, a íntegra do texto: “Nota de Esclarecimento No dia 6 de maio de 2009,

na sede da Polícia do Senado Federal, o senhor João Carlos Zoghbi e a senhora Denise Zoghbi prestaram depoimentos na Ocorrência Policial nº 0263/2009, conforme intimação, cujo objeto apura os fatos relatados na revista *Época*, edição nº 572.

Como determina o Código de Processo Penal Brasileiro, os depoimentos foram colhidos separadamente.

A presença de um representante do Ministério Público só vem corroborar e contribuir com as investigações, todavia

a ausência do ‘Parquet’ [Ministério Público] não prejudica ou invalida a atividade policial.

No que diz respeito aos fatos veiculados na edição nº 571 da mencionada revista, informamos que os mesmos estão sendo apurados por meio do Inquérito Policial nº 003/2009.

Por oportuno, comunicamos que o Sr. João Carlos Zoghbi e a Sra. Denise Zoghbi serão ouvidos no dia 19/05/2009.

Pedro Ricardo Araújo Carvalho, diretor da Polícia do Senado Federal.”

Sugestão de terceiro mandato é “insulto” a Lula

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), defendeu ontem a votação de um projeto de reforma política, mas rechaçou qualquer tentativa de aprovação de um terceiro mandato para o presidente Lula.

– Retrocesso, nunca mais! A reconquista da democracia veio para ficar. E, pelo apreço ao Estado de Direito, não permitiremos enxertos nocivos, sobretudo se, na essência, significarem ameaças ao saudável princípio da alternância no poder – declarou.

A justificativa para essa modificação, a aprovação popular, foi criticada pelo senador. Ele considerou “esdrúxulo” que a

popularidade de alguém determine a quantos mandatos poderá concorrer, já que, com base nessa lógica, um presidente impopular poderia ser retirado em seis meses.

Virgílio afirmou ser um desrespeito ao Legislativo – “Poder que já deu demonstração cabal e extrema em defesa da decência, das liberdades do Estado de Direito” – proclamar que um terceiro mandato será aceito candidamente pelo Congresso, como afirmou Fernando Collor (PTB-AL) em entrevista.

Virgílio considerou “um insulto” ao presidente e a sua biografia política a atitude de “alguns áulicos que prestam

desserviços à democracia, achando que, com isso, agradam ao líder”. Ele pediu que o presidente se manifeste e diga que “essa tentativa dos áulicos desagrada o líder”.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou que Lula não é favorável ao terceiro mandato, posição que também compartilha.

Enchentes

Virgílio voltou a manifestar preocupação com a população de seu estado, que enfrenta problemas com enchentes. Segundo ele, 42 dos 62 municípios do estado estão sofrendo em consequência da cheias.

Sarney promete apoiar pleitos da Agência Espacial Brasileira

Ao receber, ontem, o presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), Carlos Ganem, o presidente do Senado, José Sarney, lamentou o fato de os governos que o sucederam na Presidência da República não terem levado à frente seu projeto de cooperação tecnológica que permitiu o lançamento de dois foguetes em parceria com a China.

Sarney prometeu apoio aos pleitos apresentados por Carlos Ganem, todos focados em maior investimento em tecnologia espacial. De acordo com o presidente da agência, o Brasil

está atrasado 30 anos nessa área quando comparado com os países que estão ganhando a corrida espacial, “num negócio que é milhares de vezes mais compensador que toda a balança comercial brasileira”.

– Um programa espacial não pode ficar pendurado no desígnio de um partido que ganhe a eleição. Deve ser traduzido como algo essencial à população. Esse é um programa vital à saúde, à educação, à integração das pesquisas. E é vital para um país com as dimensões do Brasil – disse Carlos Ganem.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não deliberativa

A sessão, às 9h, é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores. Entre os inscritos estão Marco Maciel (DEM-PE) e João Pedro (PT-AM).

Suplicy quer Renda Mínima na América Latina e no Caribe

Em palestra no Parlamento Latino-Americano (Parlatino), o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) propôs que seja criada uma "legislação-marco" para implantação do programa de Renda Básica de Cidadania nos países da América Latina e Caribe. A proposta recebeu apoio da senadora mexicana Maria de los Angeles Moreno, coordenadora de comissões do Parlatino.

– O Brasil é a primeira nação do mundo que tem um projeto [de renda mínima] aprovado – destacou Suplicy, em referência à Lei 10.835/04, que, segundo ele, deverá ser implantada gradualmente. O programa estabelece que toda pessoa, independentemente de situação socioeconômica, receba benefício monetário, de modo a participar da riqueza da nação.

Após a abertura dos trabalhos do Parlatino, na Câmara dos Deputados, Suplicy anunciou a realização, nos dias 1º e 2 de julho na Universidade de São Paulo (USP), do 13º Congresso

da BIEN – Basic Income Earth Network (Rede Planetária de Renda Básica). O senador petista sugeriu que as experiências da Bolívia (Renta Dignidad) e do Chile (Programa Solidário) sejam apresentadas na ocasião.

– No México, temos um programa de renda que atende crianças que vão à escola, são vacinadas e recebem atendimento à saúde, e garante um auxílio à mãe – explicou Maria de los Angeles Moreno. A iniciativa, no entanto, disse a senadora, é de alcance restrito e precisa ser expandida.

O deputado Colbert Martins (PMDB-BA), presidente da Comissão de Educação do Parlatino, registrou que o município baiano de São Francisco do Conde sancionou lei municipal implantando o programa de Renda Básica de Cidadania, beneficiando 5 mil famílias com renda de até meio salário mínimo. A medida, informou, foi possível graças à receita de royalties do petróleo.

Senado examinará nomes para conselhos da Justiça e do MP

O presidente do Senado, José Sarney, leu em Plenário ofícios de tribunais superiores, da Procuradoria Geral da República, da Ordem dos Advogados do Brasil e de lideranças partidárias com a indicação dos novos integrantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para um mandato de dois anos. Criado pela reforma do Judiciário, em 2004, o conselho é composto por 15 ministros de tribunais superiores, juízes federais e estaduais, advogados e procuradores. Entre suas atribuições, está o exame de reclamações contra juízes.

Os nomes devem ser aprovados pelo Plenário do Senado, depois de passarem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Os conselheiros são nomeados em ato do presidente da República. Senado e Câmara têm direito a dois membros, cujos nomes são propostos pelas lideranças dos partidos.

A CCJ examinará os seguintes nomes: ministro Ives Gandra Martins Filho; desembargadores Leomar Barros Amorim de Souza e Milton Augusto de Brito Nobre; juízes Paulo de Tarso Tamburini Souza, Morgana de Almeida Richa, Nelson Tomaz Braga e Walter Nunes da Silva Júnior; procurador José Adônis Callou de Araújo Sá; promotor Felipe Locke Cavalcanti; e advogados Jorge Hélio Chaves de Oliveira, Erick Wilson Pereira, André Ramos Tavares e

Marcelo da Costa Pinto Neves (os três últimos são indicações de lideranças partidárias do Senado, para a escolha de um). A Câmara ainda não anunciou o seu representante.

Ministério Público

O presidente do Senado leu também ofícios com as indicações para o Conselho Nacional do Ministério Público, para mandato de dois anos. O conselho, constituído por 14 procuradores, juízes federais e advogados, examina reclamações contra procuradores federais e estaduais.

Dois integrantes são apontados pelas lideranças partidárias – um pelo Senado e outro pela Câmara dos Deputados. Os líderes do Senado indicaram o consultor legislativo Bruno Dantas Nascimento, advogado e professor universitário. A Câmara ainda não oficializou sua indicação.

São os seguintes os indicados, cujos nomes serão avaliados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: procuradores Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, Sandra Lia Simón, Maria Ester Henrique Tavares, Cláudio Barros Silva e Achilles de Jesus Siquara Filho; desembargador Sérgio Feltrin Corrêa; promotores Diaulas Costa Ribeiro e Sandro José Neis; juíza Taís Schilling Ferraz; e advogados Adilson Gurgel de Castro e Almino Afonso Fernandes.

Presidente do Senado diz a dirigente paraguaio, que visita o Brasil pela primeira vez, estar disposto a colaborar para resolver eventuais divergências entre os dois países

Sarney e Lugo defendem fortalecimento de integração

BRASIL E PARAGUAI devem procurar crescer juntos, disseram ontem os presidentes do Senado, José Sarney, e do país vizinho, Fernando Lugo, em encontro no Salão Nobre. Os dois países, ressaltaram, também precisam fortalecer a integração regional, com ênfase não apenas na economia e comércio, mas também nas áreas política, cultural e esportiva.

Sarney pediu a Lugo, que visita o Brasil pela primeira vez, que o considerasse "grande amigo do Paraguai", disposto a colaborar para resolver eventuais divergências entre as duas nações. A disposição ao diálogo, a seu ver, deve ser entendida como um "dever do Brasil".

– O mundo do futuro não será de países grandes ou pequenos, mas de países que dominem tecnologias e tenham bons níveis educacionais, de distribuição de renda e de justiça social. Temos que lutar para crescer juntos – afirmou Sarney.

Lugo disse estar convencido da necessidade de fortalecer o



Fernando Lugo (E) foi recebido por José Sarney no Salão Nobre do Senado

Mercosul. Ele defendeu a busca de uma integração "muito mais sólida, ampla e aberta ao futuro". E observou que seu país, atualmente agroexportador, busca a industrialização.

– Cremos que os países que já puderam dar esse passo podem estender a mão ao Paraguai. A ninguém convém ter um vizinho pobre, pois, às vezes, isso pode significar não uma ameaça ou perigo, mas um certo descon-

forto – frisou Lugo.

Participaram do encontro o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Eduardo Azeredo (PSDB-MG); o presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, Aloizio Mercadante (PT-SP); e o presidente do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), Renato Casagrande (PSB-ES).

Comissão acolhe indicação de três embaixadores

Por unanimidade, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem as indicações de três diplomatas para chefiar embaixadas brasileiras. Armando Vitor Boisson Cardoso é indicado para o cargo na Finlândia e, cumulativamente, na Estônia. Antonio Carlos do Nascimento Pedro, para o Sudão. E o embaixador na Guiné, José Fiúza Neto, para também representar o Brasil em Serra Leoa. Os nomes seguem para decisão final do Plenário.

Boisson Cardoso lembrou à CRE que a economia finlandesa teve na madeira, papel e celulose as fontes principais de riqueza. Posteriormente, cresceram as atividades em eletrônica e turismo. O comércio bilateral atingiu US\$ 1,4 bilhão em 2007, com destaque para a venda de aviões da Embraer para a Finnair, empresa finlandesa de aviação, disse Boisson Cardoso.

Em seu parecer favorável à indicação, o senador Marco Maciel (DEM-PE) afirmou haver sete acordos entre Brasil e Finlândia de relevância comercial e econômica, bem como memorandos de entendimento sobre aspectos climáticos e práticas produtivas menos nocivas ao meio ambiente.



Boisson Cardoso, Eduardo Azeredo e Antonio Carlos do Nascimento Pedro

Sudão

De acordo com parecer do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), Antonio Carlos do Nascimento Pedro possui ampla experiência no campo de direito internacional dos direitos humanos. Brasil e Sudão intensificaram suas relações a partir de 2004, quando aquele país estabeleceu embaixada em Brasília.

Nascimento Pedro destacou que o Sudão passa por momento de complexidade política, buscando a consolidação de um modelo moderno de federação.

Segundo o diplomata, são duas questões a serem resolvidas: a região Sul, que, após 25 anos de guerra, está em paz; e o conflito de Darfur, que ficou ainda mais dramático depois do mandato de prisão contra

seu presidente, Omar Hassan Al-Bashir, emitido pelo Tribunal Penal Internacional.

Nascimento Pedro disse que o Sudão é exportador de petróleo, com um potencial inexplorado que pode levar a oportunidades de negócios com o Brasil.

Serra Leoa

Como Fiúza Neto já é embaixador na Guiné e foi indicado para representar o Brasil, cumulativamente, em Serra Leoa, não houve necessidade de seu comparecimento à reunião da CRE. Conforme relatório do Itamaraty, ele é um especialista em assuntos relativos à África e nas relações do Brasil com países africanos. Açúcar e fumo estão entre os principais itens da pauta de exportações do Brasil para Serra Leoa.

CRE aprova convite para ouvir Jobim

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, comparecerá à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para discutir os parâmetros da estratégia de defesa do país. Requerimento com o convite, do senador Edu-

ardo Azeredo (PSDB-MG), foi aprovado. A data da reunião não foi ainda definida.

De acordo com Azeredo, o presidente da República assinou em dezembro passado decreto aprovando a Estra-

tégia Nacional de Defesa. O ato também determinou aos órgãos federais que levem em consideração ações destinadas à defesa nacional, ao elaborar o planejamento de suas diretrizes de ação.

Para o senador, cabe à CRE debater os planos aprovados pelo governo para fortalecer a defesa, por meio, exemplificou Azeredo, da reorganização das Forças Armadas e da política de composição dos efetivos.

Senador tucano aponta denúncias de fraudes em licitações e em obras da estatal. "A Petrobras é o nosso orgulho", responde petista

Fotos: Geraldo Magela



Comissão investigaria irregularidades no uso de recursos públicos pela estatal, diz Alvaro

Alvaro Dias já tem 25 assinaturas para criar a CPI da Petrobras

O SENADOR ALVARO Dias (PSDB-PR) comunicou o início de coleta de assinaturas para a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras. O parlamentar disse ter sido incumbido da missão pelo PSDB, que decidiu aprofundar denúncias de irregularidades no uso de recursos públicos pela estatal.

Alvaro adiantou que já conta com o apoio de 25 senadores e que, na próxima semana, espera obter o número mínimo regimental de 27 assinaturas.

O senador explicou que o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou auditoria para investigar esquema de fraude em licitações da Petrobras, revelado pela Operação Águas Profundas, da Polícia Federal.

Em 2007, lembrou o parlamentar, também foi descoberto esquema fraudulento que envolvia a participação de consultorias, prefeituras e a Agência Nacional de Petróleo (ANP). As denúncias indicam um possível desvio do dinheiro dos royalties do petróleo.

– São fatos da maior gravidade que justificam a instalação dessa CPI, e não poderíamos ignorá-los – afirmou.

Alvaro Dias recordou ainda, entre outros casos, que o TCU encontrou novos indícios de fraude na construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. A estimativa é que o superfaturamento atinja R\$ 94 milhões.

É preciso prudência, diz João Pedro, ao referir-se à proposta de CPI da Petrobras



João Pedro defende o diálogo para esclarecer dúvidas

AO COMENTAR A proposta de se criar uma comissão parlamentar de inquérito para investigar denúncias de mau uso e desvio de recursos públicos pela Petrobras, o senador João Pedro (PT-AM) pediu prudência. Segundo ele, a empresa vive um momento de desafios em razão da crise mundial e deveria ser poupada de uma CPI, referindo-se ao discurso do senador Alvaro Dias em defesa da investigação.

– Faço um apelo ao PSDB e às suas lideranças para que achemos caminhos, sem esconder absolutamente nada. Devemos construir um ambiente em que os partidos da oposição e da base dialoguem com dirigentes da empresa, no sentido de esclarecer pontos levantados pelo PSDB – aconselhou João Pedro.

Após ressaltar que a Petrobras “não merece uma CPI”, em razão dos esforços que tem feito para suprir o país de combustíveis, o senador informou já ter conversado a respeito com o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM). E voltou a conchamar os tucanos a um “diálogo transparente e profundo”.

– A Petrobras é o nosso orgulho e tem reconhecimento internacional. Hoje, a Petrobras é a quarta maior empresa do mundo, a terceira em volume, em tamanho e importância, atrás apenas da Esso. É preciso ter mais zelo e prudência – afirmou.



Mário Couto destaca elevado número de acidentes com mortes e de pontes caídas no Pará

Há pontes intransitáveis na BR-222, diz Mário Couto

O estado “intransitável” de várias pontes localizadas na BR-222, que corta o Pará, foi lamentado por Mário Couto (PSDB-PA). Chamando-as de “pontes assassinas”, em razão do elevado número de acidentes com mortes, decorrentes de sua má conservação, ele defendeu a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito com o objetivo de apurar as responsabilidades do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) nos problemas existentes nas rodovias de seu estado e do restante do país.

O senador apresentou fotografias de várias pontes caídas na BR e acusou o diretor-geral do Dnit, Luiz Antônio Pagot, de mentir.

– Eu tenho a correspondência em que ele garante que tomaria providências de imediato, isso há quase um ano. E a verba está alocada. Será que essa verba ainda está lá? Porque as pontes estão – disse.

Mário Couto adiantou que já existem 28 assinaturas no requerimento de criação da CPI, quando são necessárias 27, mas antes de encaminhá-lo à Mesa tentará obter o apoio de mais senadores para que o pedido não corra o risco de ser arquivado pela retirada de assinaturas na última hora.

O senador solicitou ainda à ministra Ellen Gracie, do Supremo Tribunal Federal, urgência na apreciação de recurso apresentado pela prefeita de Santarém, Maria do Carmo, cassada pelo Tribunal de Justiça do Pará por ser membro do Ministério Público.

Oposição teme que haja intervenção na poupança

Três partidos de oposição – PSDB, DEM e PPS – divulgaram ontem uma nota na qual defendem a manutenção, para todos os depositantes, da atual estrutura de remuneração da caderneta de poupança – composta pela Taxa Referencial de Juros (TR) mais 6% de juros ao ano, com isenção do Imposto de Renda.

No documento, assinado pelos presidentes dos três partidos, a oposição argumenta que “mexer na poupança significa penalizar duplamente o trabalhador: com o desemprego causado pela crise econômica e com o risco de ver suas economias corroídas”.

Os partidos dizem que as incertezas sobre a remuneração da poupança tiveram origem em declarações do próprio presidente Lula, e não da oposição.

“Foi ele [Lula] quem no dia 16 de março passado, em Nova York, afirmou que o governo iria intervir na poupança. De lá para cá, ministros da área econômica, presidentes das instituições financeiras estatais, e até o ministro da Comunicação Social reiteraram essa ameaça”, relata a nota.

Política de juros

PSDB, DEM e PPS sustentam que a necessária diminuição da taxa de juros não pode ser feita às custas do rendimento da caderneta de poupança. O governo “tem outros instrumentos fiscais e financeiros para corrigir a política de juros”.

E pedem que o governo “não traia a confiança de milhões de brasileiros e mantenha uma política responsável que preserve a integridade da caderneta de poupança”.

“A oposição cumpre o seu dever de alertar o país para os erros do governo Lula. Não pode ficar calada justamente no momento em que ele, por omissão e incompetência, ataca um dos mais caros patrimônios nacionais”, afirmam.



Tião Viana defende o sistema misto de eleições e o financiamento público de campanha

Tião Viana elogia proposta de reforma política

A proposta de reforma política apresentada na Câmara foi defendida por Tião Viana (PT-AC). O senador elogiou a iniciativa do presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Demostenes Torres (DEM-GO), de criar uma comissão para tratar do assunto. Disse ter se sentido honrado com o convite para integrar essa comissão.

Viana manifestou sua posição contrária ao voto em lista, mas afirmou que a posição deve ser respeitada, uma vez que “faz parte da rotina e da vida democrática de muitos países”. Nesse tipo de eleição, os votos são dados ao partido, que elabora uma lista prévia com a ordem dos que serão eleitos, proporcionalmente à sua votação. O senador disse ser favorável ao sistema misto, no qual parte é eleita em lista e parte diretamente pelo número de votos. Para ele, o voto em lista confere às máquinas partidárias uma força muito grande, o que pode ser prejudicial ao país, no atual momento.

O senador também manifestou-se favoravelmente ao financiamento público de campanha e das coligações para as eleições proporcionais. Viana fez ainda críticas à proibição da campanha de “boca-de-urna”, permitida em outros países, como os Estados Unidos. Para ele, essa proibição é resquício de uma legislação obsoleta.

O pronunciamento teve apartes de Jefferson Praia (PDT-AM) e Paulo Paim (PT-RS).

Senadores cobram ação do governo federal no socorro a desabrigados

Mão Santa pede edição de medida provisória para socorrer vítimas das cheias no Piauí, que poderiam ter sido reduzidas com a construção da Barragem do Castelo, segundo Heráclito Fortes. Jefferson Praia e César Borges chamam atenção para os problemas vividos pelo Amazonas e pela Bahia.



HERÁCLITO FORTES

A construção da Barragem do Castelo, no rio Poti, prevista há mais de 20 anos, poderia ter diminuído ou até evitado as enchentes que afetam Teresina e outras cidades do Piauí, segundo Heráclito Fortes (DEM-PI). O senador informou que a obra foi licitada há duas décadas, mas o projeto "está engavetado até hoje".

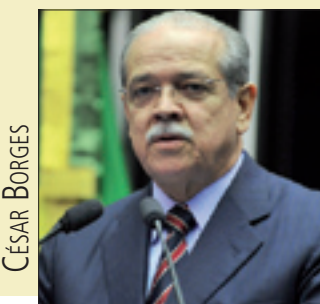
Heráclito recomendou que o governador do estado, Wellington Dias, leve em consideração a afirmação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que "dinheiro não é problema" e apresente o projeto da Barragem do Castelo aos ministérios competentes.



JEFFERSON PRAIA

Jefferson Praia (PDT-AM) chamou atenção para a gravidade das cheias que atingem o estado do Amazonas nas últimas semanas. O parlamentar informou que o Serviço Geológico do Brasil monitora anualmente, desde 1989, as cheias dos rios Negro, Solimões e Amazonas, assinalando que os números registrados este ano são preocupantes.

Segundo o senador, as águas neste ano estão apenas 9cm abaixo do nível atingido em 1953, quando foi registrada a maior cheia no estado, que atingiu 29,69m.



CÉSAR BORGES

Quatro mortos, dois desaparecidos, 281 deslizamentos, 22 desabamentos e mais de mil pessoas desabrigadas. Esse foi o saldo apresentado por César Borges (PR-BA) a respeito das chuvas que vêm caindo em Salvador há quatro dias. Ao pedir aos governos federal e estadual que liberem recursos para socorrer as vítimas da capital e de outros municípios baianos, o senador advertiu que, se essa ajuda não for imediata, mais vítimas serão computadas.

– Nessa hora de calamidade não se pode distinguir se a ajuda deve ser responsabilidade do município, do estado ou da União.



MÃO SANTA

Mão Santa (PMDB-PI) cobrou do presidente Lula a edição de uma medida provisória para atender às milhares de famílias desabrigadas pelas intensas chuvas que caíram em abril em seu estado.

Reivindicando para o Piauí tratamento similar ao concedido pelo governo federal ao estado de Santa Catarina, Mão Santa considerou adequada a utilização de medidas provisórias em casos de urgência e calamidade pública – como os vividos pelos estados atingidos pelas cheias –, e não em assuntos que podem esperar a tramitação de um projeto de lei.

Paim acredita que fator previdenciário vai cair

Autor do projeto que acaba com o fator previdenciário, Paulo Paim (PT-RS) afirmou que a matéria pode ser aprovada este ano. A proposta já passou pelo Senado e está na Câmara dos Deputados. O senador informou que já se encontrou com o presidente da Câmara, Michel Temer, e o relator do texto, deputado Pepe Vargas (PT-RS), para tratar do assunto.

– É grande a possibilidade de acabarmos com o fator previdenciário este ano.

O dispositivo, utilizado no cálculo das aposentadorias, considera a expectativa de vida do beneficiário. Por causa do mecanismo, disse Paim, o trabalhador perde até 40% de seus rendimentos ao se aposentar.

O senador também defendeu a derrubada, pelo Congresso Nacional, do veto presidencial a emenda de sua autoria à Medida Provisória 288/06. A emenda estende o reajuste de 16,67% – concedido em 2006 ao salário mínimo – a todas as pensões e aposentadorias.



Mudança pode ocorrer ainda este ano, avalia Paulo Paim

Cristovam elogia decisão contra o analfabetismo

Cristovam Buarque (PDT-DF) comemorou ontem a aprovação, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), do projeto de sua autoria que determina a participação de universitários na alfabetização de adultos (PLS 3/08).

– Estou dando ao universitário uma chance de ser um libertador, de ter aquilo que está faltando à juventude brasileira: uma mística, uma bandeira, uma luta pelo país – disse o senador, manifestando a expectativa de que a proposta seja aprovada na Câmara.

Cristovam também destacou posição manifestada pelos debatedores da audiência pública realizada pela CDH, na quarta-feira, a favor da ideia de que o analfabetismo implicaria privação de direitos humanos.

– Nós passamos tempo lutando contra a tortura. Não saber ler não é uma tortura? É uma tortura diferente de queimar pessoas com cigarro, de dar choques elétricos, mas é tortura.



Cristovam: jovem terá uma bandeira de luta pelo país

Um bilhão de pessoas passam fome no mundo, diz senador, que propõe distribuição mais justa da riqueza

Simon defende mudanças para combater a miséria

O SENADOR PEDRO Simon (PMDB-RS) fez ontem uma análise da situação mundial, concluindo que é necessário mudar as prioridades dos governos e organismos multilaterais, para reduzir a fome por meio da redistribuição da renda. O parlamentar disse considerar como sérias as ameaças de pandemias da gripe A e de aquecimento global, mas propôs que o mundo ataque o problema mais urgente – a miséria.

Embora não tenha a ilusão de substituição imediata do capitalismo por outro sistema, Simon afirmou que é hora de alterações profundas na economia, de tal forma que o mundo desenvolvido não fique com grande parte da renda.

– Como em todas as outras crises, as cordas são mais frágeis em uma de suas pontas. Eu não imagino uma travessia de catástrofe, mas temo que, quando aterrissarmos dessa viagem de pobres serviços de bordo, veremos ter aumentado a distância entre ricos e pobres.

Turbulências

Pedro Simon criticou a defesa que se faz de um sistema, segundo ele, injusto e pretensamente liberal, já que, para se salvar dos efeitos das turbulências especulativas, toma para si somas bilionárias. É um processo, afirmou, de "privatização do dinheiro público". Segundo ele, os recursos de toda a sociedade vão para bancos e financistas, agravando a má distribuição



Para Simon, ONU deve ter papel mais efetivo na transformação do mundo

da riqueza.

O senador lembrou que existe 1 bilhão de seres humanos passando fome em todo o planeta. O mais cruel, em seu entender, é que, segundo estimativa da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), são necessários apenas US\$ 30 bilhões por ano para erradicar a fome em escala mundial.

Simon observou que, embora a dimensão da crise seja sempre ampliada quando atinge o Primeiro Mundo, não se pode negar que há algumas mudanças salutares, como a postura do presidente norte-americano Barack Obama, em contraste com a de seus antecessores.

O parlamentar recomendou que a Organização das Nações Unidas (ONU) tenha um papel mais efetivo em um grande movimento para transformar o mundo num lugar mais justo, aproveitando o arsenal técnico e estatístico de que dispõe e se reestruturando politicamente.

Lúcia Vânia pede política para a população infanto-juvenil

Antes de discutir a redução da maioria penal, o Senado tem a obrigação de levantar todos os problemas que envolvem a deficiência das políticas públicas voltadas para a população infanto-juvenil. A opinião é da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que iniciou uma série de pronunciamentos sobre a dívida que o país tem com seus adolescentes. O tema do primeiro deles foi a educação.

Lúcia Vânia trouxe para o debate o resultado do último Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que mostrou "um desempenho lamentável", disse, da maioria dos alunos matriculados nas escolas públicas brasileiras. Conforme a senadora, os números não surpreendem, e o próprio Ministério da Educação elegeu como principal responsável pelo resultado a falta de investimentos.

Estudo publicado pela revista *Nossa Escola* – mostrando os quatro principais passos dados pelos países onde a educação pública apresenta bons resul-



Educação é um dos problemas a serem solucionados, diz Lúcia Vânia

tados – foi divulgado por Lúcia Vânia. A primeira medida é uma boa seleção para o ingresso de professores na rede pública de ensino. A segunda, de acordo com o texto, é a boa formação dos docentes.

O terceiro passo, considerado controverso pela senadora, seria não deixar nenhum aluno para trás. Por último, o estudo aponta para a preparação de bons gestores. O bom administrador precisa aliar a gerência dos recursos da escola à criação de um bom ambiente de aprendizagem.

As indicações dos nomes do economista João Batista de Rezende e do assistente social Ivo Borges de Lima foram acatadas ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura

Comissão aprova diretores para a Anatel e a ANTT

FORAM APROVADAS ONTEM pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) as indicações de dois diretores para agências reguladoras. O nome do economista João Batista de Rezende foi acatado para integrar o conselho diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). E Ivo Borges de Lima, assistente social pós-graduado em comunicação social, poderá ser o mais novo diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

As duas indicações ainda serão apreciadas em Plenário. Atualmente, João Batista é chefe de gabinete do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Também é membro do conselho de administração da Transpetro e do conselho fiscal da empresa binacional Alcântara Cyclone Space. Entre os cargos pelos quais passou, destacam-se o de secretário de Fazenda de Londrina (PR) e professor de pós-graduação em Economia.

Em sua exposição, o candidato ao cargo na Anatel ressaltou que, como especialista em telecomunicações, participou, durante sua vida profissional, dos principais debates sobre o setor. Destacou também os desafios propostos à Anatel no combate aos desequilíbrios regionais, principalmente com relação à universalização dos serviços telefônicos e ao acesso à banda larga.

Experiência

Sobre Ivo Borges, o presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL), disse que o indicado, "apesar do extenso currículo", não tem larga experiência na



João Batista de Rezende (E, ao lado de Fernando Collor) é sabatinado na CI

área de transportes. Em resposta, Ivo Borges citou seu trabalho como chefe do setor administrativo da Rodoviária de Brasília.

Atualmente, Ivo Borges exerce o cargo de assessor técnico do gabinete do senador Gim Argello (PTB-DF). Em 2006, foi secretário de Trabalho do Distrito Federal, e durante os 50 anos em que atuou no serviço público exerceu vários cargos em conselhos e órgãos colegiados. Em sua exposição, disse que o transporte público hoje "é uma das partes mais sensíveis e ten-

sas nas relações entre governo e sociedade" devido ao grande número de pessoas que dependem desse tipo de serviço.

– A ANTT desempenha papel de suma importância na formulação, regulação e fiscalização dos modais terrestres de transporte – afirmou.

Após a exposição, Gilberto Goellner (DEM-MT) ressaltou a utilização do biodiesel para reduzir o custo do transporte de carga e de passageiros, e Delcídio Amaral (PT-MS) defendeu maior uso das ferrovias.

Delcídio comemora aprovação da MP das Hidrelétricas no Senado

A aprovação pelo Senado, na quarta-feira, da chamada MP das Hidrelétricas foi comemorada por Delcídio Amaral (PT-MS).

A Medida Provisória 450/08, transformada no Projeto de Lei de Conversão 3/09, autoriza a União, os estados e o Distrito Federal a participarem do chamado Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica (FGEE). Na interpretação do senador, a aprovação desse texto significará "a expansão da geração de energia e da transmissão no Brasil".

Delcídio explicou que o FGEE garantirá "os gigantescos investimentos" necessários para a construção de hidrelétricas como as do rio Madeira (Jirau e Santo Antônio em Rondônia) e a de Belo Monte (PA).

– As estatais do setor elétrico não podem, em função da Lei de Responsabilidade Fiscal, oferecer as garantias necessárias para esses projetos. Então, a constituição desse fundo é uma solução bastante adequada e coerente para garantir esse investimento, principalmente na geração de energia e na transmissão a longa distância em extra-alta tensão – disse.

O senador também destacou emenda de César Borges (PR-BA) permitindo que empreendimentos hidrelétricos entre 1 MW e 50 MW possam ter concessão sem licitação, independente de serem pequenas centrais hidrelétricas.

Delcídio Amaral comentou ainda críticas que alguns senadores fizeram ao artigo 19 do



MP significará expansão da geração de energia e da transmissão, diz Delcídio

texto aprovado, que permite à Eletrobrás a aquisição de bens e serviços com base em procedimento licitatório simplificado, a ser definido em decreto pelo presidente da República. De acordo com o senador, esse mesmo expediente já é utilizado pela Petrobras.

– Isso é fundamental. A Eletrobrás precisa ter agilidade na contratação e na licitação. Isso é absolutamente necessário em um mercado de energia competitivo – disse.

CPI da Petrobras

Delcídio manifestou-se contrário à ideia de criação de uma CPI da Petrobras, defendida por Alvaro Dias (PSDB-PR). Ele lembrou que a estatal ocupa o quarto lugar na lista das 200 empresas mais respeitadas do mundo, segundo o Reputation Institute, de Nova York.

Em sua opinião, a CPI poderia trazer insegurança aos acionistas, desvalorização da Petrobras e dificuldades de financiamentos, paralisando a empresa e prejudicando o país.

Casagrande: transparência é instrumento contra corrupção

A aprovação do projeto de lei complementar que obriga os governos a divulgarem os dados de sua execução orçamentária na internet poderá favorecer o combate à corrupção e à impunidade, afirmou Renato Casagrande (PSB-ES).

Acolhida pela Câmara dos Deputados no último dia 5, a proposta, de autoria do então senador João Capiberibe, determina a divulgação de informações sobre a execução de despesas e receitas da União, Distrito Federal, estados e municípios nos meios eletrônicos de acesso público, em tempo real.

O projeto (PLS 130/04) agora será encaminhado à sanção presidencial.

– A transparência é o melhor



Para Casagrande, lei complementar favorecerá combate à impunidade

instrumento para combater a corrupção e a impunidade. Parabéns ao Congresso por ter aprovado a matéria. E que o presidente Lula possa fazer do projeto um instrumento de combate à corrupção – afirmou o parlamentar.

Licença ambiental em obras do PAC será debatida

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Augusto Freitas de Meira, participarão de audiência na Comissão de Infraestrutura para falar sobre o processo de licenciamento ambiental das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Os requerimentos para a realização do debate foram aprovados ontem. No fim de abril, a comissão realizou audiência pública sobre o assunto com re-

presentantes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), da Associação Nacional dos Transportes Ferroviários (ANTF) e do Ministério dos Transportes. Na ocasião, os convidados defenderam a simplificação do processo de concessão de licenciamento ambiental para a execução de obras. A ausência dos presidentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Roberto Messias Franco, e da Funai foi bastante

criticada pelos presidente e vice-presidente da CI, senadores Fernando Collor (PTB-AL) e Eliseu Resende (DEM-MG), respectivamente.

Também foi aprovada pela CI a realização de audiência sobre os impactos econômicos de medida aprovada pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) que estabelece regime de liberdade tarifária para companhias aéreas nacionais e internacionais, na prestação de serviços aéreos internacionais partindo do Brasil.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazíneo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Pedro Simon • Mão Santa • César Borges

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lúcia Romero Novelli

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Marco Antonio Reis e Raissa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Geaccho/Vegô

Senador diz que renegociação evitou a quebra de entes federados

Azeredo questiona reportagem sobre dívida de estados

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) questionou da tribuna reportagem de *O Estado de S. Paulo* segundo a qual a União tem bancado, há 12 anos, cerca de R\$ 190 bilhões em subsídios relativos às dívidas dos estados, já que recebe desses entes federados juros inferiores aos que se pagam no mercado.

– A renegociação das dívidas evitou a quebra de entes federados brasileiros – assinalou.

Na opinião de Azeredo, as autoridades econômicas à época da renegociação, nos anos 90, proporcionaram aos estados endividados uma solução justa, dando aos mercados interno e externo “um sinal de responsabilidade, confiança no futuro e maturidade das instituições”. Ele acrescentou que o Brasil, hoje, goza de uma reputação financeira invejável no mercado global graças à estrutura financeira “robusta e austera” montada naquela época.



Geaccho/Vegô

Objetivo é capacitar legisladores sobre gestão parlamentar, afirma senadora

Serys destaca congresso dos vereadores de MT

A senadora Serys Silhessarenko (PT-MT) cumprimentou em discurso a União das Câmaras Municipais de Mato Grosso pela realização do 1º Congresso dos Vereadores do Estado, iniciado ontem e que será encerrado hoje, no Centro de Eventos Pantanal, em Cuiabá.

O objetivo é capacitar mais de mil vereadores das 141 cidades mato-grossenses mediante palestras de personalidades estaduais e nacionais sobre temas voltados para a gestão parlamentar.

– Fui convidada e serei, com muita honra, uma das palestrantes. Também teremos a honra de receber em nosso estado o senador Mão Santa [PMDB-PI], que falará aos vereadores – afirmou Serys, acrescentando que o evento inclui temas como fiscalização da aplicação de recursos, cenário econômico e arrecadação, e gerenciamento de cidades, entre outros temas.

Projeto de iniciativa da CPI da Pedofilia, que será analisado nas comissões de Justiça e de Direitos Humanos, qualifica como crime hediondo a venda de material pornográfico envolvendo menores

Projeto estabelece reclusão de até 30 anos para pedófilo

A CPI DA Pedofilia vai apresentar projeto de lei estabelecendo pena de reclusão entre 16 a 30 anos para quem praticar violência sexual contra crianças ou adolescentes, caso a vítima venha a morrer.

Conforme a proposta, o crime de manipulação lasciva ou constrangimento ilegal de criança será apenado com reclusão entre dois a oito anos. O projeto, que tipifica o crime de pedofilia, e cujo texto foi aprovado ontem pela CPI, seguirá para as comissões de Constituição e Justiça (CCJ), e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A proposição também inclui no rol dos crimes hediondos a venda de material pornográfico e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Determina ainda que quem praticar estupro contra criança poderá cumprir pena de dez a 14 anos de prisão. A mesma pena será aplicada a quem cometer atentado violento contra criança.

A proposta também pune com reclusão de três a oito anos quem praticar conjunção carnal ou ato libidinoso com adolescente em situação de ex-

ploração sexual, de prostituição ou de abandono.

No ano passado, um projeto de iniciativa da CPI da Pedofilia foi aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente da República. Trata-se da Lei 11.829/08, que alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente para prever pena de quatro a oito anos para quem produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar cena de sexo explícito ou pornografia envolvendo menores. Igual pena é aplicada a quem aliciar, assediar, instigar ou constranger criança para com ela praticar ato libidinoso.

A lei combate a pornografia infantil e práticas ligadas à pedofilia. Mas a tipificação do crime de pedofilia ainda não foi incluída no Código Penal.

Mais ações

De autoria do senador Magno Malta (PR-ES), tramita na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e

Controle (CMA) projeto de lei (PLS 121/08) proibindo empresas de cartões de crédito ou débito autorizarem compra ou aluguel, pela internet, de filmes, textos, fotos e outros meios contendo material pornográfico com participação de menores de 18 anos, e jogos de azar.

A CPI deverá aprovar em uma de suas próximas reuniões outros projetos visando a proteção con-

CPI aprovou ontem projeto de lei que inclui no Código Penal o crime de pedofilia

tra a prática desse crime. Entre eles está o que obriga o poder público a atender vítima de crime sexual.

Malta voltou a condenar os conselhos tutelares, instituições que, a seu ver, funcionam precariamente, a começar pela falta de profissionais capacitados ao trabalho, e ausência de condições físicas adequadas.

Na reunião de ontem, a CPI aprovou ainda a quebra do sigilo de mais dados e fotos do site de relacionamentos Orkut, controlado pela empresa Google, e que no ano passado assinou acordo com o colegiado.

Abusos aumentam os atendimentos em hospital

Quase 50% das vítimas de abuso sexual atendidas pelo Hospital Pérola Byington (SP) no ano passado eram menores de 12 anos. Esse número foi revelado ontem pela psicóloga Daniela Pedroso, do Serviço de Atenção à Mulher em Situação de Violência Sexual do hospital, durante audiência pública da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia. Segundo a psicóloga, é comum a criança sofrer o abuso dentro da própria casa ou na casa do agressor, que na maioria das vezes é o pai, o padrasto, tio, avô ou conhecido da família.

Nos 15 anos de funcionamento do serviço, foram realizados 18.740 atendimentos a crianças, adolescentes e mulheres violentados sexualmente, dos quais quase 64% se referiam a menores. Em relação ao tempo de duração do abuso, Daniela Pedroso informou que, dos casos notificados no período contra crianças e adolescentes (11.966) – estes mais violentados por moradores da comunidade e pelo pai biológico –, 90,8% se revelaram crônicos e repetidos.

– E por que muitas crianças não contam [o abuso]? As muitas pequenas não entendem o que ocorre como algo errado ou proibido, já que é feito por quem deveria protegê-las. É preciso manter um diálogo aberto com a criança e dizer que ninguém pode tocar o corpo dela se ela não quiser – orientou.

De acordo com a psicóloga, a divulgação de casos de pedofi-



Magno Malta acompanha exposição de Daniela Pedroso, do Hospital Byington (SP)

lia na mídia tem levado muitas crianças abusadas sexualmente a tomar coragem e contar o seu drama para a mãe. Isso também repercute positivamente no atendimento psicológico, acrescentou, pois é comum a criança revelar detalhes da agressão já na primeira entrevista ou em um desenho livre.

Daniela Pedroso afirmou serem raros os casos de estupro contra crianças, embora 27% dos 705 abortos realizados pelo Pérola Byington entre 1994 e 2008 terem sido feitos em crianças e adolescentes.

A psicóloga adiantou que, em algum momento do drama pessoal, muitas vítimas, inclusive crianças, chegam a cogitar até mesmo o suicídio como forma de pôr fim à dor e ao sofrimento. Daniela Pedroso recomendou que a vítima de violência sexual procure ajuda de um serviço de saúde antes mesmo de fazer a ocorrência da agressão em uma delegacia.

Degradação

Com a proximidade do fim dos trabalhos da CPI da Pedofilia, o seu presidente, senador Magno Malta (PR-ES), apontou como grande virtude da comissão “acordar” a sociedade para esse crime “nocivo, desgraçado”.

– A pedofilia é a última instância da degradação moral, emocional e psicológica do ser humano. Já teremos uma sociedade mutilada para frente – lamentou.

Para evitar novos traumas às crianças abusadas, passíveis de ocorrer ao ter de relembrar várias vezes a agressão, Magno Malta defendeu que o depoimento prestado ao psicólogo ou ao conselho tutelar seja válido para uso da Justiça.

Malta também acolheu sugestão da SaferNet Brasil de se elaborar uma “lei de responsabilidade humana” destinada a punir o gestor público que deixar de cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Malta: punição mais severa para infratores

Magno Malta (PR-ES) afirmou em discurso no Plenário que, com o projeto aprovado na manhã de ontem pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, da qual é presidente, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados têm agora a oportunidade de votar uma lei mais dura para punir os autores de crimes sexuais que vitimem crianças e adolescentes.

Segundo o senador, se a proposta for transformada em norma legal, a manipulação lasciva ou constrangimento da criança passa a ser crime. Atualmente, esclareceu o parlamentar, “a defesa dos acusados tenta convencer os tribunais da inocência de seus clientes, alegando que não haviam tido relações sexuais, assim consideradas aquelas em que há penetração, com as vítimas”.

A proposta da CPI prevê que, além das relações sexuais tidas como convencionais, é crime tocar, de qualquer forma, o corpo da criança ou do adolescente com intenção sexual ou fazer com que a vítima presencie ou assista a ato libidinoso.

Conforme explicou Magno Malta, a proposição contém artigos que qualificam o abuso sexual de crianças e adolescentes, tornando a pena mais longa em certos casos, como o de estupro de crianças e atentado violento ao pudor. Outras circunstâncias que agravam a pena são a morte da criança, ou grave lesão na mesma, assim como a ocorrência de gravidez.

Ação pública

No que se refere à ação penal, o projeto estabelece que, na hipótese dos crimes de estupro ou atentado violento ao pudor, a ação será de iniciativa pública, isto é, poderá ser instaurada independentemente de queixa ou de representação por parte de pessoa ligada à vítima.

Outra alteração no quadro legal em vigor é a inclusão dos novos delitos que o projeto institui na Lei da Prisão Temporária, além dos que já fazem parte do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Já a Lei de Crimes Hediondos, observou Magno Malta, poderá ser modificada com aprovação do projeto da comissão parlamentar de inquérito, que inclui no seu rol os crimes mais graves previstos no estatuto, tal como a exploração sexual e a produção de material pornográfico envolvendo criança e adolescente.

Líderanças indígenas se manifestam contra proposta que inclui a aprovação de demarcações entre as competências do Senado; pedem ainda votação de estatuto

Índio denuncia violência, invasões e humilhação

REPRESENTANTES DE DIVERSAS etnias indígenas de todo o país denunciaram à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) que enfrentam problemas de violência, invasões, humilhação e desrespeito a seus direitos como cidadãos brasileiros. Também abordaram questões relacionadas à saúde, como vacinação das crianças indígenas; à proteção ambiental; à educação; e às dificuldades enfrentadas pelos índios portadores de deficiência.

O líder terena Lisio Lili afirmou que André Puccinelli, governador do Mato Grosso do Sul, persegue os índios por ser contrário à ampliação dos seus territórios. Ele pediu a intervenção dos senadores para que o governador receba os indígenas que querem apresentar suas reivindicações.

Para Lisio, muitos parlamen-

tares representam os interesses dos latifundiários mato-grossenses do agronegócio. Ele declarou que as demandas dos índios não são defendidas nos parlamentos municipais, estaduais e federal, por não haver representantes dessa parcela da população.

A representante do povo Guarani Kaiowa, de Mato Grosso do Sul, Lea Aquino, pediu que o Supremo Tribunal Federal julgue com urgência a demarcação das terras. Segundo ela, seus territórios estão sendo utilizados para a criação de gado, e as comunidades indígenas são obrigadas a viver em áreas reduzidas. Sua comunidade, contou, composta por cerca de 1.500 pessoas, vive em oito hectares de terra, o que

ela considera insuficiente para que a cultura indígena seja desenvolvida em sua plenitude.

Os índios devem ser consultados antes da realização de obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), como estradas e hidrelétricas, defendeu Marcos Apurinã, líder da Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal (Arpipan). Para ele, as comunidades fazem a preservação ambiental, enquanto as obras destroem as terras.

Os povos indígenas não são respeitados por não serem conhecidos, disse Romancil Kretã, líder da etnia Kaingang, localizada no Sul do Brasil. Ele defendeu o ensino da cultura indígena às crianças e aos jovens brasileiros.

Índios querem ser consultados antes da realização de obras do PAC, como estradas e hidrelétricas



Lisio Lili (E), Lea Aquino, Cristovam Buarque, Paulo Paim, Marcos Apurinã e Romancil Kretã

Crítica a projeto que muda regra de demarcação

Líderes indígenas que participam do 6º Acampamento Terra Livre pediram a rejeição da proposta de emenda à Constituição que inclui entre as competências do Senado a aprovação de demarcações de terras indígenas (TIs).

A proposta – PEC 38/99, de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) – que tramita em conjunto com a PEC 3/99, do ex-senador Juvêncio da Fonseca, teve pedido de vista por Aloizio Mercadante (PT-SP) e aguarda votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na justificativa da proposta, Mozarildo salienta que as áreas destinadas à demarcação são desproporcionais às populações indígenas a que se destinam. “Algumas unidades da Federação veem comprometido o seu processo de desenvolvimento, em decorrência da redução de vasta área de sua superfície que po-

deria ser destinada à atividade econômica.”

Os líderes indígenas, que participaram ontem de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), requerida pela senadora Marina Silva (PT-AC), solicitaram ainda a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas e do projeto que institui o Conselho Nacional de Política Indigenista.

As propostas resultam de discussões realizadas no Acampamento Terra Livre, com mais de mil pessoas, que representam 130 povos indígenas de todo o país. O evento – realizado anualmente na Esplanada dos Ministérios, em Brasília – teve início na segunda-feira e se encerra hoje.

O líder tuxá Sandro Hawaty – representante dos povos indígenas de Minas Gerais, Espírito Santo, Paraíba, Sergipe, Bahia, Ceará e Pernambuco – ressal-

Cristovam quer mudar Constituição para estimular representação indígena no Congresso



José Sarney, entre convidados, preside a sessão solene do Congresso Nacional

Senadores exaltam a atuação científica do país na Antártica

A importância da missão brasileira na Antártica para o desenvolvimento científico nacional, com especial menção aos esforços dos pesquisadores e da Marinha, foi destacada ontem por senadores durante sessão solene em que o Congresso Nacional comemorou os 50 anos da assinatura do Tratado Antártico. O documento, firmado em 1º de dezembro de 1959 por 12 países para exploração científica, recebeu a adesão do Brasil em 1982.

O presidente do Senado, José Sarney, disse que a missão brasileira comprova o avanço científico do país. Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Serys Slhessarenko (PT-MT) frisaram que as pesquisas desenvolvidas no continente gelado podem contribuir para o conhecimento sobre as mudanças climáticas.

No mesmo sentido, falou o senador Renato Casagrande (PSB-ES).

– O conhecimento do que ocorre com o clima na Antártica e no planeta exige um novo modelo de desenvolvimento

econômico – afirmou.

Presidente da Frente Parlamentar Pró-Antártica, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) declarou que a missão do país na Antártica é motivo de orgulho para todo brasileiro.

Presente à homenagem, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, ressaltou o papel das Forças Armadas na defesa do meio ambiente e dos recursos naturais do Brasil.

– Nosso povo conhece pouco a Antártica e o trabalho que nossos pesquisadores e a Marinha têm feito e que é importante para o Brasil e para o mundo – declarou o ministro.

Também mereceu destaque dos senadores e de Carlos Minc o caráter pacífico, científico e internacional do tratado e a colaboração dos países envolvidos.

Participaram ainda da sessão o almirante Aurélio Ribeiro da Silva Filho, o general Mauro Mateus de Paula Madureira e o ministro do Tribunal Superior Militar Flávio Flores da Cunha Bierrenbach.

Tratado priorizou cooperação recíproca, afirma Flávio Arns

O senador Flávio Arns (PT-PR) traçou, em discurso à tarde no Plenário, uma retrospectiva do Tratado Antártico, que garante a ocupação do continente para fins exclusivamente pacíficos e de preservação ambiental.

– Eram tempos difíceis em que a insensatez da Guerra Fria ameaçava a existência da Humanidade no planeta. Eis uma razão adicional para celebrarmos o Tratado Antártico, o momento de profunda maturidade nas relações internacionais, no qual ineditamente se deixou de lado a beligerância, priorizando-se a solidariedade e a cooperação recíproca em benefício da preservação do continente Antártico – afirmou o senador.

Arns destacou que a adesão brasileira ao programa – ao lado da Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, França, Nova Zelândia, Noruega, África do Sul, União Soviética, Reino Unido e Estados Unidos – não foi um mero ato formal. “O Brasil rapidamente se mostrou à altura do desafio científico, logístico e diplomático que se impôs”, disse.

Ele informou que, oito anos após ter aderido ao tratado, o Brasil foi alçado à categoria de parte consultiva, tornando-se membro com direito a voz e voto do grupo de 27 Estados



Arns destaca engajamento de jovens brasileiros em defesa da Antártica

que decidem sobre as atividades a ser desenvolvidas na Antártica. Logo após, o país foi aceito como membro do Comitê Científico sobre Pesquisa Antártica. Ele também falou sobre o engajamento de jovens brasileiros no movimento mundial de preservação da Antártica.

– Inspirados pelo sonho de visitar aquele continente, neste momento 70 mil escoteiros participam do Mutirão do Escoteiro Ecológico, que tem como tema, em 2009, o combate ao aquecimento global e o descarte ecologicamente correto de lixo. Até julho teremos o resultado da empreitada, que propiciará a três jovens uma visita à Antártica ao lado da equipe do Proantar [Programa Antártico Brasileiro].